Patrícia Carvalho*

O perigo da proposta de revisão da Lei dos Puxadinhos

Durante recente debate na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), defendeu-se que a Lei dos Puxadinhos fosse tornada ainda mais permissiva, permitindo que lojas comerciais da Asa Sul ocupem toda a área verde localizada nos fundos até a calçada das superquadras. Usou-se como argumento o mito de que os mais de três milhões de habitantes do DF frequentariam diariamente o Plano Piloto, o qual deveria acompanhar esse "dinamismo".

É fato que as áreas atrás das lojas sofrem com acúmulo de lixo, ocupações irregulares, obstrução de calçadas e, em muitos casos, presença de roedores. A ocupação desordenada desses espaços e o desrespeito ao seu uso coletivo resultam em insegurança e representam uma afronta à harmonia urbana da cidade.

Essa situação não é nova. O Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), junto a moradores da região, denuncia há anos o abandono e o desvirtuamento dessas áreas, com sucessivas ocupações ilegais que, muitas vezes, são ignoradas pelos órgãos de fiscalização.

Em 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 998, conhecida como Lei dos Puxadinhos, com o objetivo de padronizar o uso das áreas públicas nos fundos das quadras comerciais, garantindo acessibilidade, preservação das áreas livres e respeito à estética arquitetônica da cidade.

O CCAS não é contra os puxadinhos. Pelo contrário: defendemos que essas áreas possam ser utilizadas, desde que com responsabilidade, dentro da legalidade, e respeitando o tombamento de Brasília e o seu planejamento urbano.

Infelizmente, as alterações feitas após a sanção da lei descaracterizaram completamente sua proposta original. O que era para ser uma iniciativa de organização e padronização virou sinônimo de desordem, ocupações irregulares e desrespeito à coletividade e ao patrimônio da cidade.

A proposta de permitir que os puxadinhos avancem por toda a área verde até a calçada das superquadras afronta a essência de Brasília e contribui para a sua descaracterização.

A cidade é tombada em três esferas — distrital, federal (pelo IPHAN) e internacional (pela UNESCO) — justamente para preservar seus princípios urbanísticos, como a separação clara entre os usos, as amplas áreas verdes e os vazios urbanos planejados por Lúcio Costa.

Há quem insista em dizer que essas regras "engessam" a cidade. Mas o verdadeiro problema de Brasília não está nas leis que a protegem, e sim no desrespeito a essas leis, na omissão do poder público e na falta de fiscalização eficiente. Desenvolvimento urbano não pode ser confundido com bagunça. Crescer não significa abrir mão da ordem, da estética ou da qualidade de vida.

Fortalecer a economia local não exige destruir áreas verdes ou ignorar o tombamento. O caminho está em incentivar atividades compatíveis com o Plano Piloto e descentralizar o desenvolvimento para outras cidades do Distrito Federal. O adensamento desordenado no Plano Piloto não resolve os problemas estruturais da cidade apenas os desloca e os agrava.

Esse tipo de proposta representa, na verdade, um projeto político de liberalização total, onde os interesses de poucos comerciantes se sobrepõem ao direito coletivo à cidade planejada, acessível, segura e viva para todos.

Criticar esse tipo de discurso não é ser contra o progresso. Tampouco significa ser contra a economia ou o dinamismo urbano que todos desejamos. É, sim, defender uma Brasília bem cuidada, com planejamento, com respeito à sua história, ao bem-estar de sua população e ao seu futuro. Brasília pode — e deve — crescer. Mas com inteligência, equilíbrio e compromisso com o bem comum.

*Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), prefeita comunitária da SQS 102, síndica e estudante de Ciência Política.

EDITORIAL

A conquista do espaço que sempre deveria ter existido

Durante décadas, o autismo foi um tema negligenciado por governos e pela sociedade em geral. O diagnóstico era difícil, o suporte quase inexistente e muitas famílias enfrentavam desafios imensuráveis sem qualquer respaldo. Felizmente, essa realidade tem mudado. Hoje, 2 de abril, Dia Mundial da Conscientização do Autismo, é uma oportunidade para refletirmos sobre os avanços conquistados e os desafios que ainda persistem.

O reconhecimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma questão de saúde pública e inclusão tem sido impulsionado por leis, programas governamentais e benefícios sociais. No Brasil, por exemplo, a Lei Berenice Piana (12.764/2012) estabeleceu os direitos das pessoas autistas, equiparando-os a pessoas com deficiência para garantir acesso a serviços de saúde, educação e trabalho. Além disso, políticas como a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA e a inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm sido passos importantes para garantir qualidade de vida e suporte às famílias.

Um dos avanços mais significativos nos últimos anos foi o aumento do diagnóstico em adultos. Antes, o autismo era amplamente associado apenas à infância, e muitas pessoas passaram a vida inteira sem entender suas dificuldades. Hoje, com maior acesso à informação e profissionais capacitados, cresce o número de adultos que descobrem, tardiamente, que fazem parte do espectro. Esse diagnóstico

tardio não apenas proporciona um entendimento melhor de si mesmos, mas também abre portas para adaptações que podem melhorar sua qualidade de vida.

Além do aspecto legislativo e diagnóstico, a tecnologia tem sido uma grande aliada das pessoas autistas. Ferramentas como aplicativos de comunicação alternativa, realidade virtual para desenvolvimento de habilidades sociais e softwares de ensino adaptativo estão revolucionando a maneira como autistas interagem com o mundo. No ambiente educacional, essas inovações têm possibilitado a inclusão efetiva de alunos com TEA, respeitando suas particularidades e oferecendo recursos personalizados para a aprendizagem.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Muitas famílias continuam enfrentando dificuldades para acessar tratamentos adequados, o mercado de trabalho ainda precisa se tornar mais inclusivo e a sociedade, de maneira geral, precisa evoluir para compreender melhor as diferentes formas de ser e existir dentro do espectro.

O autismo não é uma condição rara, tampouco um assunto que pode ser tratado com descaso. Ao torná-lo pauta prioritária em governos, leis e programas, estamos garantindo um futuro mais inclusivo e acessível. Neste 2 de abril, mais do que vestir azul, é essencial continuar promovendo conhecimento, empatia e políticas públicas que assegurem dignidade e respeito às pessoas autistas.

Hora de colocar a mão na massa

A construção civil tem um papel importantíssimo no desenvolvimento das cidades, mas, como mostrou a campanha Mãos que Constroem, Protegem, também pode erguer algo ainda mais importante: uma sociedade mais consciente e segura para crianças e adolescentes. O evento realizado em São Paulo, com a participação de 700 trabalhadores, reforça que a proteção da infância deve ser uma responsabilidade coletiva, envolvendo todos os setores da sociedade.

Os números são alarmantes. De acordo com a pesquisa do Instituto Liberta, 32% da população brasileira foi vítima de violência sexual antes dos 18 anos. Além disso, cinco crianças são estupradas por hora no país. Essa realidade brutal exige ações concretas e urgentes.

O envolvimento do setor da construção civil nesta campanha é um exemplo positivo de como diferentes segmentos podem contribuir para o combate à violência infantil. Trabalhadores que circulam diariamente por diversas regiões da cidade, muitas vezes em áreas vulneráveis, podem se tornar agentes de proteção, ajudando a identificar sinais de abuso e denunciando casos suspeitos. A informação e a conscientização são ferramentas poderosas para romper o ciclo da impunidade e garantir que mais crianças tenham a infância preservada.

Contudo, para que essas iniciativas tenham impacto duradouro, é necessário que o debate sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes seja contínuo e que a sociedade como um todo esteja engajada. Famílias, escolas, empresas, órgãos públicos e toda a comunidade devem se unir para criar redes de apoio e garantir que a infância seja um período de segurança e dignidade.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Marçal e Bolsonaro venceriam Lula

1 - MARÇAL E BOLSONA-RO VENCERIAM LULA EM 2º TURNO; Tarcísio empata, mostra AtlasIntel. Petista vê crescimento da direita em cenários simulados e registra perda de fôlego eleitoral em relação à pesquisa anterior. Por Marina Verenicz. A mais recente rodada da pesquisa AtlasIntel, divulgada nesta terça-feira (1º), aponta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seria derrotado em um eventual segundo turno por Pablo Marçal (PRTB) e Jair Bolsonaro (PL). O petista também empata tecnicamente com Tarcísio de Freitas (Republicanos) e venceria outros possíveis adversários, como Ronaldo Caiado, Eduardo Leite e Romeu Zema. O dado mais surpreendente é o desempenho de Pablo Marçal (51%), que lidera sobre Lula com cinco pontos de vantagem. Já Bolsonaro, mesmo inelegível no momento, segue competitivo e supera Lula por dois pontos. Recuo em relação à pesquisa anterior. A rodada de abril mostra um recuo no capital eleitoral de Lula em comparação com o levantamento de fevereiro. A pesquisa foi realizada pela Latam Pulse, em parceria com a Bloomberg e o Instituto AtlasIntel, entre os dias 20 e 24 de março de 2025. (...) (InfoMoney25)

2-SOBE DESAPROVAÇÃO DE LULA. Quaest: Desaprovação do governo Lula sobe sete pontos e chega a 56%. Quaest: 56% desaprovam governo Lula, e 41% aprovam. Genial/Quaest: maioria dos eleitores avalia que governo Lula é pior do que a gestão Bolsonaro. Pesquisa Quaest assusta Planalto; resultado entre jovens preocupa. O nível de confiança da pesquisa é de 95%. (...) (CNN Brasil)

3-MORAES E AVIÃO DA FAB-Força Aérea Brasileira. Moraes usou avião da FAB para ir a São Paulo antes de jogo do Corinthians, diz jornal. Segundo informações do site da FAB, o voo teve apenas um passageiro a bordo. Por Marina Verenicz. A viagem, quarta-feira, dia 27, ocorreu um dia antes da final do Campeonato Paulista, entre Corinthians e Palmeiras, e foi justificada por questões de segurança institucional. As informações são do jornal Folha de S.Paulo. Alexandre de Moraes, torcedor declarado do clube alvinegro, assistiu à partida no estádio ao lado do colega de Corte, o ministro Flávio Dino, que é botafoguense, mas vestia a camisa do time paulista. Por que Moraes usou avião da FAB? Desde os ataques de 8 de janeiro de 2023, quando a sede do STF foi depredada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, a Corte tem intensificado medidas de segurança institucional. (...) (InfoMoney25)

4-CONTRA ROUBOS E FURTOS DE CELULARES. Penas mais rigorosas e mensagens com alertas: as apostas do governo contra roubos e furtos de celulares. Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski enviou a

Lula na sexta-feira (28) projeto de lei que aumenta a pena para quem furtar celular a mando de chefe de quadrilha e para quem receptar aparelhos levados por criminosos. Por Reynaldo Turollo Jr. O diagnóstico de que furtos e roubos de celulares viraram a "porta de entrada" para o crime organizado, facilitando a ocorrência de outros delitos, levou o Ministério da Justiça e Segurança Pública a priorizar o combate a essas modalidades criminosas. O ministério aposta em duas frentes: 1) mudança na lei para aumentar a pena para quem furta em benefício de alguém (do chefe de uma quadrilha, por exemplo). Aumento da pena também para quem compra celulares roubados (receptador); 2) uso da tecnologia para, entre outras medidas, enviar uma mensagem para celulares roubados ou furtados quando eles forem reativados com novos chips, informando aos novos donos que o aparelho tem restrição e deve ser entregue à polícia. O projeto de lei que está hoje em análise no Palácio do Planalto prevê: a criação de uma nova hipótese de furto qualificado, para quando esse crime for praticado em benefício de terceiros mediante pagamento ou como parte de um negócio (furtar para vender depois). O furto qualificado tem uma pena maior, de 2 a 8 anos de prisão, enquanto o furto simples tem pena de 1 a 4 anos e não dá cadeia; a criação de uma nova hipótese de receptação qualificada, com aumento produto receptado for aparelho celular para posterior venda. Nesses casos, a pena poderá chegar a 12 anos de prisão — a máxima hoje é de 8 anos. Medidas têm se expandido para outros estados, como o Amazonas. Já a cidade de São Paulo, que tem cerca de 5% da população do país, teve em torno de 20% dos registros naquele ano. "Uma incidência desproporcional", de acordo com a socióloga Samira Bueno, do Fórum. Segundo ela, esse tipo de crime "gera muita sensação de insegurança, porque acontece em qualquer lugar, atinge todas as classes sociais e mostra que todos estão vulneráveis". Segundo Samira, a atual dinâmica criminosa consiste em roubar ou furtar os aparelhos não somente para vendê-los, mas também para praticar outros crimes digitais – é relativamente recente. "Os criminosos colocam os celulares em modo avião (para desconectá-los da internet), espelham os aparelhos em computadores muitas vezes os cartões de crédito e senhas ficam salvos nos aplicativos — e fazem as transações", explica. Lula disse que o governo não deve "permitir que a República de ladrões de celular comece a assustar as pessoas nas ruas desse país". (...) (g1)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



As principais notícias do Correio da Manhã em 3 de abril de 1930 foram: Nova equipe ministerial

alemã promete se comprometer ao

auxílio à agricultura e a reforma dos contribuintes. Boatos sobre a Conferência Naval indicam que Japão e EUA estão próximos de um acordo.

de até 50% da pena quando o

Registram-se, na Índia, sérias revoltas contra o comando inglês. STF inicia o o ano judiciário após 60 dias de recesso.

HÁ 75 ANOS: LEI ELEITORAL NÃO PARALISA PROJETOS NA CÂMARA

HÁ 95 ANOS: EUA E JAPÃO PRÓXIMOS DE ACORDOS NAVAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 3 de abril de 1950 foram: Presença do chefe da URSS no jantar dos delegados da ONU

indica que o apís não deve sair por completo da organização. Diante da intervenção da Polícia, estudantes não organizam o comício nas ETOS NA CÂMARA
escadarias do Theatro Municipal.
Lei Eleitoral não paralisa a Câmara,

que debate outras questões além do

Correio da Manhã Fundado em 15 de junho de 1901

Fundado em 15 de junho de 190 Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963) Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação) redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872 Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057 Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores
e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.